

# ENTRE O AMOR E O CRIME: A PARTICIPAÇÃO DA LITERATURA E DA IMPRENSA NO PROCESSO DE ADULTÉRIO DE CAMILO E ANA PLÁCIDO

## BETWEEN LOVE AND CRIME: THE PARTICIPATION OF LITERATURE AND PRESS IN THE PROCESS OF ADULTERY OF CAMILO AND ANA PLÁCIDO

ANDREIA ALVES MONTEIRO DE CASTRO\*

**RESUMO:** Sentindo na pele todas as penalidades infligidas àqueles que não se encaixavam no padrão, Camilo Castelo Branco, ao ser preso como corréu na querela movida por Pinheiro Alves, marido de Ana Plácido, empunhou em sua defesa as mesmas armas empregadas para aniquilar publicamente os criminosos. O escritor e a amada, contando com a ajuda de amigos respeitados e letrados, moveram através da imprensa periódica e de sua própria literatura uma campanha baseada na ideia de que o adultério era quase uma consequência dos casamentos baseados em conveniências financeiras, que excluíam o amor.

**PALAVRAS-CHAVE:** crime, literatura, imprensa periódica, romance camiliano, escrita feminina.

**ABSTRACT:** Feeling all the penalties inflicted on those who did not fit the standard, Camilo Castelo Branco, when imprisoned as a co-defendant in the lawsuit filed by Pinheiro Alves, Ana Plácido's husband, wielded in his defense the same weapons used to publicly annihilate the criminals. The writer and the beloved, with the help of respected and learned friends, moved through the periodical press and their own literature a campaign based on the idea that adultery was almost a consequence of marriages based on financial conveniences that excluded love.

**KEYWORDS:** crime, literature, periodic press, camillian novel, female writing.

---

\* Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

A segunda metade do século XIX foi marcada por uma profunda reorganização e modernização do espaço urbano. As cidades cresceram em território e em população, mas as novas relações de trabalho acirraram e tornaram mais evidentes a desigualdade e a exclusão social. A urbanização, estreitamente ligada à noção de civilidade, também acarretou na implementação compulsória de novos códigos e valores sociais. Os comportamentos e as formas de sociabilidade associados às camadas mais baixas da sociedade, antes tolerados e até mesmo considerados banais, passaram a ser duramente reprimidos.

A violência e o vício, logo, foram associados à pobreza, que nesse momento foi marginalizada, segregada e circunscrita às áreas periféricas dos centros urbanos. Antigos mecanismos estatais de repressão foram aperfeiçoados e outros tantos criados para garantir a segurança pública. Contudo, esse complexo aparelhamento policial, jurídico e científico, na prática, agiu com um único objetivo: controlar as “classes perigosas”.

Os centros urbanos se consagraram não só como o lugar do progresso e da oportunidade, mas também da desordem e da insegurança. Foi nesse ambiente que a figura do criminoso se delineou e ganhou grande destaque, e o crime se tornou motivo de constante preocupação e de infinita curiosidade. Em pouco tempo, os criminosos alcançaram um inusitado protagonismo na imprensa, na literatura e nos estudos científicos, consequência da forma obsessiva com que a sociedade encarava a crescente criminalidade. Os editores, atentos aos desejos de seus leitores, baratearam as assinaturas e investiram em escritores que, empregando uma linguagem mais acessível e atraente, exploraram tais dramas cotidianos, percorrendo, inúmeras vezes, o caminho entre a realidade e a ficção.

Entretanto, não era comum que criminosos fossem vistos e tratados como heróis. Aqueles que tinham a sorte de conseguir sobreviver às agruras do cárcere e reaver o direito à liberdade eram obrigados a conviver com pelo menos mais um estigma. O fato de ser um egresso do sistema penitenciário era grande fator de exclusão do meio social e do mercado de trabalho, deixando os “ex-detentos” sem perspectivas reais de subsistência, vendo o crime novamente como a forma mais provável de sobrevivência, corroborando com as afirmações das correntes científicas da época que, desconsiderando as causas sociais, entendiam a reincidência como uma evidência de que o crime era relacionado a questões biológicas e hereditárias.

Os efeitos mais nocivos da estigmatização e da discriminação parecem, em parte, ter sido contornados pelo escritor português Camilo Castelo Branco, que parece ter conseguido maior notoriedade justamente após passar onze meses detido na cadeia da Relação do Porto, pronunciado pelo Juiz Teixeira de Queirós por manter relações sexuais com mulher casada, Ana Plácido, que passara ainda mais tempo presa.

Isso, em boa medida, se deve a ferrenha campanha jurídica, jornalística e literária empreendida por pessoas com influência e com reconhecimento público no intuito de indultar Camilo e Ana das acusações judicialmente impetradas por Manuel Pinheiro Alves. Sempre que o casal era publicamente atacado, um influente grupo de escritores, redatores e advogados respondia com jornalismo e literatura, formando uma rede de múltiplas vozes em intertextualidade.

Quase todos os membros dessa equipe pertenciam à elite, eram versados em todos os meandros daquele mundo e tinham a total convicção de que, em uma sociedade de iletrados, quem sabia escrever e, sobretudo, quem podia publicar em periódicos de boa circulação detinha o poder de influenciar a opinião pública e de pressionar as autoridades competentes. Então, graças ao maior veículo de informação da época, eles começaram, sem demora, a difundir e solidificar a percepção de que os amantes adúlteros, na verdade, eram mártires do amor que sofriam o acossamento de um tirano desalmado, vingativo e oportunista.

Os jornais dos amigos de Camilo publicavam ininterruptamente artigos, cartas, folhetins, notícias e comentários que defendiam essa ideia, tentando desqualificar e subjugar quem tinha o pensamento contrário. Em pouco tempo, os burgueses, que antes se sentiam desagradados e se encanizavam publicamente no ódio a Camilo, começavam a ponderar todas as circunstâncias que, de algum jeito, atenuavam o escândalo.

Certamente, alguns deles mudaram de posição por estarem verdadeiramente sensibilizados e inclinados a desculpar “as loucuras do sentimento”, mas uma boa parte teria deixado de atacar o casal por questões bem mais racionais e menos românticas, temiam sofrer com difamações públicas e acabar com a imagem tão desacreditada quanto a de Pinheiro Alves.

Dentre tantos textos inflamados e provocativos, muitos se destacam pela clareza, pela objetividade e até pela violência da linguagem, como é evidente em certas publicações da própria Ana Plácido n’*O Nacional* nos anos de 1860 e 1861. Os ataques aos preconceitos e injustiças sociais, em geral, e à figura de

Pinheiro Alves, em particular, estão presentes tanto nos escritos da encarcerada, como nos longos exórdios escritos pelo redator do periódico portuense, Gonçalves Bastos, que tinham a função de justificar e de legitimar as denúncias feitas pela escritora.

O folhetim *Horas de luz nas trevas d'um cárcere*, que começava a se tornar público em 5 de outubro de 1860, é um bom exemplo disto. O primeiro capítulo da série, como de costume, foi introduzido pelo redator, que, se dizendo apiedado da “infeliz senhora”, que, abandonada e perseguida por aquele que tinha o papel de protegê-la, precisava trabalhar para garantir o seu sustento e o do seu filho:

A mãe carinhosa tremeu por si e pelo filho que lhe sorria ás lagrimas, e a infeliz, finalmente, sacudindo as farpas de muitas torturas que a sociedade applaude, pediu á sua alma energica ensaios de intelligencia lhe promettessem para o futuro trabalhos de mais fôlego e de mais segura garantia á sua subsistencia. Não é aqui logar proprio, nem o será jamais para protestar contra a crueza que exercia. A vingança com uma lenta morto. A vingança extrema, a vingança absurda, vinga tambem os oprimmidos deixando o remorso na sua passagem. (*O Nacional*, 5 out. 1860, p. 1, n. 202).

Nesses textos, Ana Plácido, escrevendo quase sempre em primeira pessoa, defendia a importância do acesso da mulher ao estudo, a valorização da escrita feminina e o seu reconhecimento como escritora; ela também se queixava do papel social que lhe fora imposto, das implicações nefastas do seu casamento arranjado pelo pai, da vida enfadonha que levava junto ao marido, um homem muito mais velho e abjeto a quem não podia, sequer, admirar; salientava a força implacável do amor e acabava por dizer aos perseguidores que, se eles não fossem capazes de entender o que dizia, que ela “lhes desprezava o ladrido”:

Fecha-se-lhe esso sanctuario esplendido, eil-as ahi sem prestigio, sem outro brilho nos fastos contemporaneos, senão o de boas governantes da casa, e boas mães de familia. A sua missão mais nobre é por certo esta, nem eu posso contestal-a. Folgo até que me extremem no meio dellas. Mas essa essencia preciosa absorve todas facultades grandiosas da mulher? Não.

E' preciso que esta inactividade tenha fim, preciso que nos desliguemos de certas apprecensões, procurando no livro e no estudo dos bons mestres um refrigério para os tristonhos dias da velhice. [...]

Nas divagações em que por vezes fico engolphada, vejo o passado como um sonho! Vejo-me vestida de branco, envolvida no vou da desposada, a grinalda de laranjeira adornando-lhe a fronte acurvada ao peso crestes atavios; o estremecendo horrorisada como Iphigenia caminhava conduzida por seu pae ao sacrificio. (*O Nacional*, 12 out. 1860, p. 1, n. 208)

Segundo Rocha Martins, quanto mais a escritora publicava os seus textos provocativos, mas o jornal vendia. Tanto que, no dia 27 de novembro de 1860, *O Nacional* divulgava uma carta aberta de Ana Plácido intitulada “À opinião pública”. Sem contar com qualquer atenuação ou lirismo presentes nas obras de natureza mais literária, tanto no preâmbulo do redator quanto no texto da esposa querelada, as acusações contra Pinheiro Alves se tornam muito mais contundentes.

Gonçalves Bastos afirma que o “perseguidor de más entranhas” estaria empregando “os mais indecorosos meios” para manter, naquele “antro de miséria e indecência”, os padecentes cujas “faltas desaparecer[iam] acobertadas pela longa expiação e pelo espetáculo lastimoso de desvalimento” no qual se achavam.

Já no corpo de sua missiva, Ana também afirma que ela e o filho estavam completamente desamparados na cadeia, e que o marido, além de não lhes enviar nenhuma provisão, só a teria querelado com a intenção de afugentá-la do país, para, assim, poder gozar com tranquilidade o dote pago pelo pai dela no dia de seu casamento e a herança que a sua irmã, Maria José Plácido, teria deixado para o sobrinho:

Procurando eu saber com que intenção meu marido me tez pronunciar, alcancei a certeza de que seu fim era affugentar-mo de Portugal pelo terror da prisão, mas afugentar-me pobre para que a minha presença não lhe perturbasse o goso tranquilo e honrado do meu dote, pequeno sim, mas suficiente para sustentação minha e do filho de meu marido, também possuidor do que minha defunta irmã, Maria José, legou á criancinha. (*O Nacional*, 20 out. 1860, p. 2, n. 305)

Antes desta carta, a reclusa também publicara um outro folhetim no jornal de Gonçalves Bastos. Em 3 de novembro de 1860, começou a ser veiculado n’*O*

*Nacional*, o “romancinho” *O mundo do doutor Pangloss*, no qual o sarcasmo, evidente desde o título, explicitaria uma ligação entre a autora, a sua heroína, Adelina, e a personagem de Voltaire, Cândido, que, em meio a tantos infortúnios, perdem a capacidade de manter o otimismo e acreditar que aquele era o “*meilleur des mondes possibles*”. Nele, Ana tenta abordar através de suas personagens os mesmos temas trabalhados em primeira pessoa em textos anteriores, “troçava dos maridos velhos que se arrapazavam, descrevia as dores duma sentimental e ao desenhar um amante a que chamava Henrique titulava-o de ‘grande desgraçado’, porque o que hoje lhe dava enorme contentamento lhe aborrecia amanhã” (MARTINS, 1924, p. 151).

Talvez por um posicionamento tático, dentre tantas vozes claramente envolvidas, somente a de Camilo não bradava diretamente nessa “campanha” de defesa. Mas isto não quer dizer que o escritor tenha permanecido calado. Evidentemente, o romancista empregou a sua pena como arma naquela batalha de persuasão, mas o fez de maneira mais elaborada e mais subjetiva.

Em 1861, o autor escreve e publica romances como os *Doze casamentos felizes* e *O romance dum homem rico*. Se na primeira obra, cujo título por si só já era bastante sugestivo, o escritor evidentemente abusou da ironia, chegando ao sarcasmo, para abordar várias limitações, interposições, exigências e demandas das mais variadas naturezas relacionadas à instituição sobre a qual aquela sociedade se erguia, comprovando com era difícil ter, naqueles idos, um casamento feliz; na segunda, Camilo emprega uma estratégia de convencimento um pouco mais especial.

Conforme aponta Maria Alzira Seixo (1991, p. 36), um dos enredos principais da narrativa é o encontro do protagonista, Álvaro, com a mãe, Maria da Graça, uma mulher que tinha sido encarcerada injustamente em um convento, pelo marido, por conta de uma infundada acusação de infidelidade conjugal:

Maria da Glória tinha então vinte e três anos, e muita formosura. Não direi que amava, mas estimava grandemente seu marido, mais velho que ela doze anos. Não casara apaixonada, nem sequer voluntária. Seu pai, comerciante laborioso, simpatizou com o incansável bastardo do titular; tomou-lhe o pulso dos haveres, e achou-o já rico aos trinta e dois anos; e, como deixasse o seu negócio na Índia entregue a caixeiros, acelerou o casamento com um duplo fim de desapressar-

se de cuidados, que lhe inquietavam os ócios de ricoço aposentado. (CASTELO BRANCO, 1960, p. 225)

Na ausência de seu marido, a vida de Maria da Glória era o amor de encanto à criancinha de três meses. Não a mortificavam grandes saudades, e menos ainda ciúmes. Toda no filho, não curava doutras sensações, como quem já não era sua, e só vivia para ele. (ibid., p. 225)

A descrição e o contexto em que vivia a personagem criam um jogo de semelhanças e aproximações entre a história de Maria da Graça e a biografia de Ana Plácido, que acabam induzindo o leitor a acreditar que, se a primeira é inocente, a segunda também deveria ser.

Neste mesmo romance, a narrador também, ao caracterizar João de Matos como um rapaz solteiro, que, mesmo sendo “um bom cidadão”, “respeitador dos direitos alheios”, se apaixonara perdidamente por mulher casada da qual ele não consegue se distanciar, parece estabelecer aquela mesma relação entre a personagem masculina e a figura do escritor:

João de Matos amou Maria da Glória.

Mandam me, talvez, cancelar o período em que ficam elogiadas as qualidades do magistrado. Não consentem que se compadeçam as virtudes sociais com aquele amor. Isso é juízo de vulgo errado [...]

Conclusões a tirar em favor da paixão de João de Matos, sem implicância das suas excelentes qualidades:

Não sabia ele como nascera o seu amor; menos sabia ainda como havia de matá-lo. Amou pelos olhos Maria da Glória; mas as mil avenidas da sua alma tinham sido escaladas pelo amor. Amou a formosa porque era formosa. Achou-se transfigurado no coração, quando o cria esmagado sob a graveza dos cálculos as costas [...] (ibid., p. 225-226)

Ambos seriam homens honrados, mas que teriam cometido o mesmo grande crime, não conseguir vencer um sentimento que era ao mesmo tempo puro e desgraçado. Os dois, impelidos por uma ardente paixão, tomaram atitudes que não só os teriam levado “ao abismo da perdição”, mas também teriam desonrado mães de família. Assim, ao questionar certos estatutos sociais, a obra

ainda deixa para o leitor uma pergunta retórica mais ou menos implícita, mas que demarca um grande conflito entre as convenções sociais e os sentimentos individuais: mesmo que haja implicações, quem ama merece castigo? Diante daquela história, escrita “entre lágrima e lágrima, com o coração na humanidade, e a consciência em Deus” (ibid., p. 206), a resposta só poderia ser a completa absolvição dos amantes.

Devido ao uso deste processo de ficcionalização especular, na qual a imagem de Ana Plácido e a do próprio autor, de alguma forma, se fundem e se confundem com a Maria da Graça e de João de Matos, respectivamente, é possível comprovar que Camilo, além do seu grande esforço para a elaboração de estratégias e a articulação de pessoas, flagrantes nas suas cartas pessoais, também participou ativamente das ações práticas da tal “força-tarefa”, que propagava incessantemente a noção de que a querela movida por Pinheiro Alves era desarrazoada e improlífica.

O grupo acabou obtendo êxito na sua contenda. Afinal o casal que, ao entrar na Cadeia da Relação do Porto, estava praticamente condenado ao degredo pela opinião pública, foi absolvido e liberado, e o marido traído ainda teve que pagar as custas do processo.

A campanha, que teve a enorme procura dos textos relacionados ao escândalo como um inesperado, mas afortunado, efeito colateral, continuou mesmo após os incriminados terem sido ilibados do delito. Novas intrigas e novas defesas surgem até a morte de Pinheiro Alves em 13 de julho 1863, que deixou o caminho livre para que Ana e Camilo pudessem viver juntos e gozar livremente dos bens deixados pelo “capitalista brasileiro” ao seu suposto filho.

Em um destes textos publicados após o julgamento, o casal, até então nomeado como “os mártires do amor”, recebem um novo epíteto, “os miseráveis”. Esta nova denominação, provavelmente relacionada aos anúncios do romance de Victor Hugo que já povoavam as páginas dos jornais antes mesmo dele ser publicado, cria uma outra assimilação simbólico-identitária, construída mais uma vez a partir da literatura, ligando diretamente a imagem dos ex-presidiários à do protagonista, Jean Valjean, vítima da perseguição do frio e inexorável executor de leis injustas, o inspetor Javert.

Além de Camilo e Ana ficarem conhecidos como os “miseráveis portugueses”, ainda em 1861, o autor ainda foi convidado para escrever um romance intitulado os *Miseráveis de cá*. Aparentemente, nenhuma obra produzida por



Camilo recebeu essa designação. No entanto, o escritor jamais abandonaria os procedimentos de autoficcionalização, nos quais, por vezes, se condensam e se misturam os estatutos de autor, narrador e personagem.

Essa mistura de história factual, de registro testemunhal e de pura ficção foi empregada em várias obras que foram publicadas na sequência. Em *Amor de perdição: memórias d'uma família*, essa fusão é apresentada ao leitor logo no título, visto que o sintagma “amor de perdição” estaria diretamente ligado ao enredo trágico-amoroso de romance, resumido na célebre frase da introdução: “Amou, perdeu-se e morreu amando”. Já “memórias d'uma família” evocaria eventos efetivamente ocorridos na história familiar do narrador. Isso é evidenciado desde a introdução até a passagem final do texto: “Da família de Simão Botelho vive ainda, em Vila Real de Trás-os-Montes, a senhora D. Rita Emília da Veiga Castelo Branco, a irmã predileta dele. A última pessoa falecida, há vinte e seis anos, foi Manuel Botelho, pai do autor deste livro” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 299).

Essa questão ganha mais realce nas *Memórias do cárcere*, quando, ao explicar a gênese de *Amor de perdição*, o autor-narrador acaba por unir a história da sua vida com a de seu suposto tio paterno, Simão, através de uma experiência análoga. “Assim, não só se insinua no texto que se está a contar uma história verídica – tão ao gosto de Camilo, documentada com os mais diversos materiais – como, sobretudo se cria uma linha de continuidade entre a história de seu tio e a sua” (SÁ, 2003, p. 91-92):

O romance, escrito em seguimento daquele, foi o Amor de Perdição. Desde menino, ouvia eu contar a triste história de meu tio paterno Simão António Botelho. Minha tia, irmã dele, solicitada por minha curiosidade, estava sempre pronta a repetir o facto, aligado à sua mocidade.

Lembrou-me naturalmente na cadeia muitas vezes meu tio, que ali devera estar inscrito no Livro das entradas no cárcere e das saídas para o degredo. Folheei os livros desde os de 1800, e achei a notícia com pouca fadiga e alvoroços de contentamento, como se em minha alçada estivesse adornar-lhe a memória, como recompensa das suas trágicas e afrontosas dores em vida tão breve. Sabia eu que em casa de minha irmã estavam acantoados uns maços de papéis antigos, tendentes a esclarecer a nebulosa história de meu tio. Pedi aos contemporâneos,

que o conheceram, notícias e miudezas, a fim de entrar de consciência naquele trabalho. (CASTELO BRANCO, 2001, p. 371)

Muito mais do que estabelecer para si uma origem nobre ou demarcar os infortúnios causados por uma paixão fulminante como saga de sua família, ao relacionar o seu infausto com o de seu tio, Camilo comprova que, diferente de Simão, um rapaz que não conseguiu controlar o seu ímpeto, a sua “índole arrogante que lhe escaldava o sangue”, e, de fato, matou o pretendente de Teresa, ele, mesmo vivendo um “amor de perdição”, não cometeu nenhum ato brutal ou violento.

O autor, assim, parece tentar inculcar no leitor a noção de que ele não era um indivíduo perigoso, portanto, não merecia ter sido preso naquele inferno destinado a facínoras e nem ter o mesmo fim que o protagonista do seu mais famoso romance teve: morrer no degredo. Estas duas ameaças eminentes vigorariam até o último suspiro de Pinheiro Alves, pois, pelas leis do código penal de então, o crime de adultério não prescrevia e, a qualquer momento, o marido ofendido poderia recorrer da decisão do júri.

Tendo isto em mente e muito movido pelo interesse do público em sua vida, em *Memórias do cárcere*, Camilo explora o conceito de periculosidade, se comparando a outros prisioneiros, tentando assinalar as suas semelhanças, mas, sobretudo, marcar as suas diferenças. Isso ocorre, por exemplo, no discurso preliminar da obra, no qual o romancista apresenta uma peculiar lista de “Joaninhas” históricas, bem distintas da personagem de *Viagens na minha terra*, de Almeida Garrett. Nessa relação de mulheres violentas ou/e transgressoras, figura uma mulher que matara o marido com ajuda do amante, denotando que, se ele e Ana Plácido fossem mesmo perigosos, o final de Pinheiro Alves poderia ter sido bem diferente.

Nesse passo, o escritor questiona a definição de criminoso disseminada naquela sociedade, mas sempre se excluindo, é obvio, desse amplo espectro, como é possível concluir na nota que fecha o livro na primeira edição e que, sem a mesma serventia, é eliminada a partir da segunda: “Fecham-se as MEMÓRIAS. Há nelas uma grande lacuna. Eu devia ter dito porque estive preso um ano e dezesseis meses. Não disse, nem digo, porque verdadeiramente ainda não sei porque foi”.

Camilo nunca mais abandonou a imagem de transgressor apaixonado, de eloquente defensor dos injustiçados, difundida nesse momento tão conturbado de sua vida. Ela foi tão bem urdida e retrabalhada ao longo de sua vasta obra, que, até hoje, há quem insista em ver a obra camiliana como autobiográfica. Essa estratégia, que parece tanto ter ajudado Camilo nesse momento “de enfermidade moral”, certamente contribuiu para a formação e para o desenvolvimento do seu especialíssimo narrador, que desde então passa a interpelar desabusadamente o leitor.

Mas, se Camilo conseguiu alcançar o reconhecimento desejado, os textos dos outros escritores da tal “força-tarefa” praticamente foram esquecidos após o desfecho do processo. Até mesmo a voz combativa de Ana Plácido, tão incomum às mulheres daqueles idos, parece ter sido silenciada. A ativa escritora que denunciava com clareza, objetividade e virulência as mazelas do casamento por conveniência e da opressão e da subalternização feminina, após a união com Camilo, ficou eternizada apenas como esposa e mãe, uma figura sensaborona que lidava apenas com questões domésticas e que, no máximo, atuava como uma reles ajudante do marido talentoso. Como afirma Paulo Motta de Oliveira, “Ana Plácido foi desvalorizada, não só como escritora, mas mesmo como figura importante na vida de Camilo” (2018, p. 49). A recuperação de seus textos, disseminados no jornal dirigido por Gonçalves Bastos, parece ser fundamental para reconduzir Ana Plácido ao papel de porta-voz das almas indóceis e insubmissas, atualmente, destinado apenas a Camilo.

Recuperar e analisar esses documentos esquecidos também é importante para o registro de uma época na qual a escrita detinha sumariamente o poder de cristalizar imagens, de influenciar a opinião pública e de pressionar as autoridades competentes e na qual muitos crimes ainda estavam relacionados a questões estritamente morais, sobretudo se cometido pelas mulheres.

## Referências

- BASTOS, José Joaquim Gonçalves. *O Nacional: Jornal Politico, Commercial, Industrial e Agricola*. Porto: Typ. de Faria Guimarães, 1854-1862.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *Romance dum homem rico*. Obras seletas - volume I. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *Memórias do cárcere*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2001.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *Amor de perdição*. Porto: Caixotim, 2006.
- CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe siècle*. Paris: Perrin, 2002.
- MARTINS, Francisco José Rocha Martins. *A paixão de Camilo*. Lisboa: ABC, 1924.
- OLIVEIRA, Paulo Motta de. Uma Ana pouco plácida e seu destino crítico. In *Narrativas de mulheres em língua portuguesa*. Lisboa: CLEPUL, 2018.
- SÁ, Maria das Graças Moreira de. Camilo Castelo Branco: do amor como perdição. In AA. VV. *Camilo leituras críticas*. Porto: Caixotim, 2003, p. 91-102.
- SEIXO, Maria Alzira. Viagens no romance camiliano - a narrativa do tempo em *O romance de um homem rico*. *Colóquio/letras*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, n. 119, p. 35-40, 1991.